

Jovens Indígenas na Educação Superior da América Latina

Jóvenes indígenas en la Educación Superior en América Latina

Indigenous Youth in Higher Education in Latin America

Reseñas | Resenhas | Reviews

Fecha de recepción
Data de recepção
Reception date
17 de noviembre de 2019

Fecha de aceptación
Data de aceitação
Date of acceptance
26 de noviembre de 2019

Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos

Universidad Federal Fluminense

Niterói / Brasil

ricardosfelix@gmail.com

ORCID ID: 0000-0002-4611-7058

Resumo

A seguinte resenha procura apresentar as discussões do Simpósio Temático "Jóvenes Indígenas en la Educación Superior en la América Latina", sucedido no terceiro Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (3o. CIPIAL) entre os dias 3 e 5 de julho de 2019 na Universidade de Brasília (UnB). O evento congregou ativistas, lideranças, estudantes, docentes e pesquisadores, indígenas e não indígenas, de diferentes países e áreas do conhecimento. Procura-se enfatizar os debates surgidos, restituindo a relevância do intercâmbio, comparação e contraste de experiências situadas em distintos contextos nacionais e regionais de ensino, pesquisa e extensão (como Argentina, Brasil e México). Ressalta-se a consolidação deste espaço de interlocução, em que inúmeras iniciativas, propostas e análises envolvendo os sentidos da escolarização superior de jovens indígenas, seus dilemas, limites e possibilidades vêm sendo apreendidos e aprimorados.

Palavras-chave: jovens indígenas, educação superior, diálogo de saberes, políticas de ação afirmativa, profissionalização.

Resumen

La siguiente reseña busca presentar las discusiones del Simposio Temático "Jóvenes Indígenas en la Educación Superior en la América Latina", que sucedió en el tercer Congreso Internacional Pueblos Indígenas de América Latina (3o. CIPIAL) entre 3 e 5 de julio de 2019 en la Universidad de Brasília (UnB). El evento reunió activistas y líderes

Referencia para citar este artículo: Sant' Ana Felix dos Santos, R. (2020). Jovens Indígenas na Educação Superior da América Latina. *Revista del CISEN Tramas/Maepova*, 8 (1), 251-260.

de movimientos, estudiantes, docentes e investigadores, indígenas y no indígenas, de diferentes países y áreas de conocimiento. La reseña pretende analizar los debates que surgieron, destacando la importancia del intercambio y del ejercicio del contraste y de la comparación de experiencias, que provienen de distintos contextos nacionales y regionales de enseñanza, investigación y extensión (como Argentina, Brasil y México). Se resalta la relevancia de este espacio de interlocución en el cual se divulgan y consolidan numerosas iniciativas, propuestas y análisis que involucran los sentidos de la escolarización superior de jóvenes indígenas, sus dilemas, límites y posibilidades.

Palabras-clave: jóvenes indígenas, educación superior, diálogo de saberes, políticas de acción afirmativa, profesionalización.

Abstract

The following review presents the discussions around the thematic summit of "Indigenous Youth in Higher Education in Latin America", which was held at the Third International Congress of Indigenous Peoples of Latin America (3rd CIPIAL), from July 3rd to 5th, 2019 at the University of Brasilia (UnB). The event brought together indigenous and non-indigenous activists, leaders, students, professors and researchers from different countries and fields of knowledge. It seeks to emphasize the debates that have arisen, restoring the relevance of the exchange, comparison and contrast of experiences located in different national and regional contexts of teaching, research and action (such as Argentina, Brazil and Mexico). It is important to reflect the consolidation of this space of dialogue, in which initiatives, proposals and analysis involving the meanings of higher education oriented towards indigenous youth, some of its limits and possibilities are developed.

Keywords: indigenous youth, higher education, dialogue of knowledges, affirmative action policies, professionalization.

*"(...) e pousará no coração do Hemisfério Sul,
na América, num claro instante."
Um Índio, Caetano Veloso (1977)¹*

A terceira edição do Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina, realizado entre os dias três e cinco de julho de 2019 na Universidade de Brasília (UnB), pousou "no coração do Hemisfério Sul, na América" e reuniu cerca de 2,5 mil² intelectuais, pesquisadores, militantes, professores e estudantes indígenas e não indígenas de diversos países e de diferentes áreas e tradições de conhecimento. Sua proposta político-acadêmica inclui "o intercâmbio de ideias e estudos, a discussão sobre diferentes epistemologias, abordagens teóricas e metodológicas, além de experiências de Investigação Ação Participativa (IAP) junto a povos indígenas da América Latina"³.

¹ Convido os leitores a acompanharem o texto ao som da seguinte canção, cujo verso consta na epígrafe acima: <https://www.youtube.com/watch?v=EjuDIXsuuhc>. Acesso em 02/11/2019.

² Disponível em: <http://www.congressopovosindigenas.net/galeria/>. Acesso em 02/11/2019.

³ Disponível em: <http://www.congressopovosindigenas.net/apresentacao/>. Acesso em 02/11/2019.

Ainda, segundo consta na apresentação do congresso disponível na sua página eletrônica oficial:

O CIPIAL procura fortalecer o intercâmbio e as relações de cooperação em rede entre pesquisadores de diversas partes da América Latina e de outros países do mundo sobre a(s) história(s) e realidade(s) indígenas nesse continente. Assim, pretende ultrapassar limites disciplinares e fronteiras nacionais, além de promover diálogos interculturais e uma perspectiva comparativa sobre processos (históricos e contemporâneos) relativos aos povos indígenas na América Latina. Visa também a estimular o debate sobre questões ético-políticas envolvidas na produção de conhecimento sobre e/ou junto a povos indígenas, bem como visibilizar, fortalecer e refletir sobre a emergência de intelectuais indígenas no campo acadêmico. A primeira edição do congresso foi realizada em 2013, em Oaxaca, no México. A segunda ocorreu em 2016, na cidade de Santa Rosa, na Argentina. O 3o CIPIAL [...traz] o tema central "Trajetórias, narrativas e epistemologias plurais, desafios comuns"⁴.

O evento foi organizado por diversos acadêmicos e ativistas, entre docentes e estudantes, além de instituições parceiras e organizações indígenas, como a Associação de Acadêmicos Indígenas (AAI) da UnB e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), principal entidade nacional de mobilização em defesa dos direitos indígenas. Todos atuaram conjuntamente na Comissão Organizadora Local.

Destacaram-se as presenças de lideranças políticas e representações históricas do movimento indígena de diferentes países da América do Sul, que nos brindaram conferências magistrais a cada final de jornada. Nelas, apresentaram um entramado de problemas e desafios enfrentados pelos povos indígenas na região que, se bem se diferenciam pelas conjunturas locais, possuem muitos fios em comum. Tais convergências nos convocam justamente ao diálogo, ao exercício da complementaridade e contraste de análises, pela diversificação das estratégias de luta e ao fortalecimento das redes de resistência.

Entre os conferencistas convidados, estiveram Ketty López, do povo Ashaninka do Peru; Oscar Montero, do povo Kankuamo da Sierra Nevada de Santa Marta na Colômbia. Entre os brasileiros, compareceram Ailton Krenak⁵ (povo Krenak), escritor e intelectual orgânico do movimento indígena brasileiro, e Sônia Guajajara, indígena Guajajara coordenadora executiva da APIB, acima mencionada, que lançou sua candidatura à vice-presidência da república durante a última disputa eleitoral brasileira (2018), pela frente ecossocialista do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Como Sônia Guajajara, tantos outros coincidem na constatação de que se torna flagrantemente oportuna esta reunião num momento político tão delicado para a América Latina como um todo, e especialmente crítico para o Brasil e os povos que aqui originariamente habitam. Alvos de crescentes ataques, perseguições e graves violações de seus direitos, estes processos se justapõem, ou melhor, refletem uma conjunção

⁴ Idem.

⁵ Símbolo da luta indígena pelo reconhecimento e garantia dos direitos constitucionais nos debates travados durante a transição e abertura política após a última ditadura militar brasileira (1964-1985), ao ser eleito deputado da Assembléia Constituinte no final dos anos de 1980.

de fatores que incluem o desmonte sistemático das instituições de proteção socioambiental, das políticas públicas voltadas para a promoção da diversidade biocultural e culminam nas preocupantes tendências que querem impor à educação pública no Brasil. Tais orientações, vindas majoritariamente “de cima”, comprometem-na com interesses de grupos de pressão pouco representativos em termos democráticos, mas sim de preponderante peso econômico e influência política.

O congresso estruturou-se em torno a doze eixos temáticos que envolviam discussões variadas, desde alimentação, meio ambiente, territorialidades e saúde, até problemáticas crescentemente enfrentadas em contextos urbanos. Para ilustrar, incluíram os eixos “História e memória”, “Política, cidadania e direitos indígenas”, “Gênero e etnicidade”, “Línguas indígenas”, “Artes, literaturas e comunicação indígena” e “Educação para a diversidade”.

Pois foi neste último tema mais amplo em que se inseriu o Simpósio Temático 24: *“Jóvenes indígenas en la educación superior de América Latina: sentidos de la profesionalización, nuevas experiencias de afirmación, de diálogo de saberes y de investigación-acción”*. Foi coordenado pelas professoras Mariana Paladino (Universidade Federal Fluminense/Brasil), Ana Cláudia Gomes de Souza (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Brasil), Gabriela Czarny (Universidad Pedagógica Nacional/México) e María Macarena Ossola (Universidad Nacional de Salta/Argentina).

Trata-se de um espaço de interlocução que vem se consolidando desde a primeira edição do CIPIAL em Oaxaca, no México, no ano de 2013, estabelecendo e ampliando as redes de diálogo desde então num contínuo processo de trocas, aprendizagens e retroalimentação. Apesar da impossibilidade de muitos dos inscritos conseguirem chegar ao congresso pelas circunstâncias cada vez mais hostis de financia-



IMAGEN 1: Alguns dos participantes do simpósio.

mento por parte das instituições universitárias de origem, as reflexões geradas a partir do compartilhamento entre diferentes perspectivas e realidades envolvidas foram extremamente instigantes.

A começar pela diversidade de origens dos participantes - ao todo 16 apresentações, apesar das 37 propostas inicialmente computadas -, conseguiu-se contemplar um amplo espectro de situações. Dentre elas, os trabalhos abarcaram distintas regiões da Argentina, Brasil e México, permitindo-nos comparar e contrastar diferentes experiências e análises levadas a cabo segundo o contexto.

Devido à diversidade de abordagens temáticas neste campo mais amplo, os trabalhos foram distribuídos em dois eixos mais específicos. O primeiro voltou-se à discussão sobre *"Acciones afirmativas y propuestas "interculturales" en la universidad: logros, avances y limitaciones en las propuestas curriculares, metodológicas y evaluativas"*. Já o segundo centrou-se no debate em torno a *"Estudiantes y docentes indígenas en contextos de interculturalidad: apropiaciones e interpelaciones múltiples"*

Para dar início aos trabalhos, houve uma rodada de apresentação de cada participante: todas as cinco regiões geográficas brasileiras estiveram contempladas. Alguns vinham do Sul, vinculados à UFRGS; outros do Norte, do estado do Tocantins e Pará; também teve presença de representantes do Nordeste, através da Unilab (estado da Bahia), UFMA (no Maranhão); de estados do Centro-Oeste, como Goiás e Distrito Federal (UFG e UnB); e Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). Também compareceram representantes argentinos da Universidad Nacional de Salta e da Universidad Nacional del Nordeste, e um pesquisador mexicano, demarcando um espaço de interlocução de pretensão tanto transfronteiriça quanto intra-regional.

Deste modo, foi possível promover um diálogo que relacionasse semelhanças e disparidades que não só denotam diferenças contextuais de políticas indigenistas, educacionais, situações interétnicas e de ação coletiva, como também de tradições interpretativas, orientações institucionais e de práticas profissionais locais. Projetou-se uma forma interessante de alavancar comparações e complexificar o debate acerca das abordagens teórico-metodológicas sobre o fenômeno da inserção de jovens indígenas na educação superior.

Neste sentido, cumpre ressaltar a presença de profissionais indígenas da área da saúde, de agentes técnicos que atuam diretamente com políticas públicas voltadas à atenção indígena nas universidades (na coordenação de políticas de ações afirmativas relacionadas à inclusão e permanência) no próprio simpósio. Igualmente contou com atores envolvidos na divulgação científica (responsáveis pela editoração e publicação de pesquisas sociais relacionadas à educação), o que complementou o perfil de participantes, não se limitando a acadêmicos dedicados apenas à pesquisa ou a docentes e formadores da área da educação intercultural.

À variedade de participantes, se complementa pelo fato de se tratarem de estudantes de graduação, professores e profissionais de diferentes áreas de formação, bem como um amplo espectro de inserções laborais. Integraram-se perfis aparentemente tão distantes, como seriam os das áreas de enfermagem, medicina, direito, ciências

sociais, história, museologia, letras, biologia, educação tecnológica e ensino técnico-profissionalizante (no que se refere ao Programa Jovem Aprendiz Indígena - PJA), enriquecendo os debates de acordo com vivências e pontos de vista, e apresentando também alguns desafios para o avanço efetivo do diálogo interdisciplinar.

Dada a impossibilidade de retomar todas as apresentações, uma por uma, pelas restrições de espaço, trataremos de esboçar uma síntese mais geral dos blocos em torno dos quais giraram as discussões, apanhando um pouco dos elementos mais recorrentes e outras temáticas mais incipientes e inovadoras que aí foram suscitadas.

No âmbito da análise da conjuntura nacional, algumas reflexões referentes às transformações do ambiente universitário brasileiro direcionaram a atenção para as realidades e as dinâmicas de inclusão no contexto das ações afirmativas. Que reações e interações com o Outro nas universidades podemos perceber desde então? O que mais de uma década de profundas alterações no cenário universitário brasileiro, principalmente em relação aos sujeitos que o ocupam, tem nos mostrado sobre as políticas diferenciadas, o acolhimento e acompanhamento acadêmico de estudantes beneficiados por ações afirmativas? E quanto às demandas surgidas a partir desta nova configuração de perfis, trajetórias individuais e percursos formativos: têm sido contempladas ou minimamente atendidas? E o que pensar sobre as mudanças subjetivas e transformações/reelaborações identitárias que estes trânsitos e deslocamentos materiais e simbólicos provocam? Quais dinâmicas sociais e ações coletivas se objetivam e se capilarizam neste novo arranjo político, em termos de atores, estratégias, práticas e discursos?

De fato, ao sermos interpelados por esta última pergunta, percebemos o quanto estamos vivenciando uma mudança intensa em relação aos processos e fluxos de politização da universidade. Se bem seu caráter enquanto espaço que possibilita encontros e fortalecimento da organização política e de sensibilização/reivindicação em relação a uma série de direitos - muitas vezes não aplicados -, um movimento cada vez mais amplo contesta estas funções da universidade, tratando de deslegitimá-la e questionar seu papel de transformação e de emancipação social. As imposições das tendências mercantilizantes e privatizantes, que questionam sua autonomia e relevância histórica, cultural e socioeconômica geram, como sempre, tensões e conflitos tanto externos quanto internos.

É preciso levar em consideração as contradições que representam as instituições universitárias em termos de sua formação sócio-histórica para assim podermos compreender melhor os direcionamentos e as razões de nos encontramos nas condições em que estamos agora. No caso brasileiro, seu caráter historicamente elitista e excludente - tal qual um espelho de nossa sociedade - expressa seus limites históricos e estruturais em termos de democratização.

O interessante é que as respostas políticas também apontam para a organização e mobilização de estudantes indígenas, através, por exemplo, da Associação dos Acadêmicos Indígenas, como no caso da UnB e de outras instituições, ou dos Encontros Estaduais, Regionais e Nacionais de Estudantes Indígenas. Estes últimos refletem as dinâmicas de recomposição de alianças entre os sujeitos universitários, atores

acadêmicos e os diferentes grupos étnicos, impactando também nas relações intergeracionais e nas suas interfaces com o movimento indígena e o movimento estudantil mais amplo, produzindo não só novas reconfigurações como também gerando conquistas importantes, como é o caso das bolsas-permanência específicas⁶.

De um lado, estão as relações interpessoais entre professores-alunos, funcionários-alunos e alunos-alunos, em constante reacomodação e negociação, e de outro, em relação ao mundo externo, uma espécie de campo de força que, ao mesmo tempo em que arrisca conduzir ou sugere, também tensiona e problematiza o reforço de um “corporativismo acadêmico”. Caso não sejam levadas em conta de forma reflexiva as distintas vocações e possibilidades dos diferentes modelos universitários, das propostas pedagógicas e projetos de futuro que reflitam a complexidade e pertinência em relação à diversidade sociocultural existente, de fato pouco contribuiria para esta discussão.

Assim, considerar seriamente os itinerários históricos das políticas educacionais e dos projetos homogeneizantes da educação e de seu papel na formação de Estado, padronizando os repertórios de saberes e disciplinando as relações intersubjetivas, nos torna mais sensíveis e alertas às tentações e perigos de negligenciar a dimensão de prestígio social representado pelo ensino superior, de capitalização e distinção cultural. Também nos capacita a problematizar um *ethos* que se é apropriado ou incorporado em *habitus* pelos sujeitos que vão integrando o seu campo, e que diferencia ou se articula com as relações etnopolíticas de uma vivência extra-universitária.

Isto é: e quem fica de fora? Como se relacionar e como lidar com estes impactos dos processos de intervenção do Estado? E, por outro lado, como se (re)criam hierarquias internas e formas de inclusão excludentes, ao não se problematizar os processos seletivos (se são diferenciados, como os chamados vestibulares indígenas, ou não), as lacunas curriculares das diferentes carreiras universitárias, seus equívocos, e assim desconstruir os estereótipos e imaginários relativos à nossa história de colonização e a contínua reconfiguração das relações interétnicas?

E como resolver o problema do reconhecimento e garantia de uma educação intercultural e bilíngue para a educação básica, e ter que se deparar com um ensino superior que expressa um verdadeiro desajuste com respeito aos percursos formativos dos diferentes povos em processo de escolarização, tanto em termos de desigualdades educacionais (em relação aos valores atribuídos a cada currículo) e de condições de aprendizagem, quanto de diferenças de formatos e propostas político-pedagógicas? Como querer comparar rendimento e desempenho acadêmicos entre estudantes que se alfabetizaram em línguas, vivenciaram critérios valorativos (inclusive os curriculares) e tiveram condições de acesso completamente distintas?

Neste sentido, vem a calhar a aposta cada vez mais relevante de repensarmos a centralidade de formadores e docentes indígenas, considerarmos seus processos de escolarização e avaliarmos percursos formativos, de modo que possa incidir na identificação, desenvolvimento e visibilização de epistemologias plurais. Este desafio nos põe frente à posturas cada vez mais interpeladoras, a partir de um marco

⁶ Foi mencionado que a proposta de bolsa-permanência emergiu de um dos Encontros de Estudantes Indígenas do Mato Grosso do Sul, um dos estados com maior tradição na construção destes espaços organizativos e com mais tempo na implementação de políticas de ação afirmativa.

que considere a educação intercultural bilíngue, a evolução da legislação, a concepção e a implementação das políticas públicas nesta seara.

No contexto latino-americano, nunca será demais chamar a atenção para o reconhecimento lento, porém gradativo, em relação à diversidade étnico-linguística de nossas sociedades, sem contar as línguas de imigração e de contato. O tema da vitalidade linguística, tão caro em 2019, declarado Ano Internacional das Línguas Indígenas pela Organização das Nações Unidas (ONU), assim como o da pluralidade e do multiculturalismo, cada vez mais presente desde os anos de 1990 nas agendas de nossos países, impulsiona rearranjos institucionais e a complexificação das políticas públicas levadas a cabo desde então. Contudo, não podemos nos esquecer da escassa justiça orçamentária e de como em tempos de austeridade econômica estes arcabouços e garantias sociais estão cada vez mais por um fio.

Ou seja, articular estas políticas de Estado com medidas coletivas de reparação histórica, complexificando-as e estendendo aos sujeitos que são escopo de sua consideração, nos coloca o desafio de pensar nas condições de sua concretização. É desta maneira que se torna central produzir legitimidade discursiva e conscientização sobre a tematização e problematização do racismo institucional presente nas instituições educativas, que passa também a ser objeto de incidência por parte do Estado, a partir das demandas sociais e questionamentos dos grupos organizados. Esta foi uma das grandes interpelações surgidas durante o simpósio.

Ao levarmos em conta as realidades sociodemográficas, as marcas étnicas e relações de poder discrepantes entre as distintas regiões, somos requeridos a levar adiante o exercício de ir entretecendo redes e de gerar apropriação das políticas públicas, propiciar a disputa e negociação dentro das instituições, elencando prioridades situadas em cada território. Temos consciência que as mesmas variam, dependendo das condições preexistentes e das hierarquias entre os distintos interesses: saúde, educação, alimentação, território, etc., o que complexifica nossa tarefa e exige muito estudo, interlocução e abertura às escutas atentas.

As variações que compõem os objetivos comunitários de se enviarem jovens para estudarem nas universidades em outras localidades dão contornos diferenciados às problemáticas e desafios que estas escolhas e decisões implicam em termos de realidades etnopolíticas e processos de (re/des)territorialização. De qualquer modo, parece ser ponto comum o fato de que estas dinâmicas refletem um movimento de conceber estes espaços institucionais como territórios de conquista ou de disputa por seu caráter, suas disposições, atributos, usos e por sua significação.

Entre estes direcionamentos, está o sentido de canalizar um vetor de luta por uma educação anti-racista e descolonizadora do pensamento, orientada ao fortalecimento e ao retorno de benefícios às comunidades, em contextos de intensos fluxos migratórios e de processos de urbanização. Por outro lado, persistem insistentemente as marcas da invisibilização indígena nas cidades, associadas às imagens culturais homogeneizantes que seguem essencializando, romantizando e exotizando as complexas configurações identitárias contemporâneas, suas

rearticulações e as dinâmicas contínuas de diferenciação e de criação de fronteiras étnicas.

Um outro feixe de elementos dignos de nota diz respeito, pois, às preocupações que o rompimento com o modo de vida comunitário traz para os sujeitos neste movimento. O isolamento e as dificuldades de adaptação são constantes, além dos desafios colocados pela necessidade de um letramento acadêmico: habituar-se às rotinas e aos procedimentos próprios do meio universitário compõe uma das principais adversidades enfrentadas pela maioria dos estudantes, o que implica inclusive em problemas mais graves que se referem à saúde física, psicológica e espiritual.

É em relação a estas problemáticas que percebemos como as oportunidades são construídas socialmente, demonstrando que a assistência acadêmica se torna central para a promoção da igualdade racial e educacional dentro das universidades, exigindo cada vez mais um compromisso na elaboração de dados oficiais detalhados e desagregados pelos diferentes marcadores. Só assim seria possível brindar subsídios sobre questões como evasão, demandas, sucesso escolar, etc., e propiciar o devido acompanhamento e respostas institucionais adequadas.

Os aspectos emocionais e subjetivos, referentes à conformação das redes de apoio e de solidariedade, são igualmente centrais e se vinculam aos aspectos materiais que garantem as condições necessárias para a permanência na universidade. Desta forma, criar sentidos de comunidade e de fortalecimento intersubjetivo se tornam tão importantes.

Para concluir, sem a pretensão de esgotar a multiplicidade de temas e apontamentos levantados durante o simpósio, foi feita a provocação quanto às possibilidades de refundação da universidade e dos seus regimes de conhecimento. Complementarmente, foram sendo sinalizadas outras perspectivas de engajamento dentro desta constelação de saberes, práticas, subjetividades e agências políticas identificadas neste universo em que está abrangida esta categoria supra-étnica "indígena".

De todos modos, é consenso pontuar que a educação se torna uma mediação articuladora das demandas por direitos e que a universidade é convocada a exercer seu papel como um laboratório para garantir uma ecologia dos saberes, pela coexistência e simetrização dos sistemas de valores até então menosprezados ou sub-representados, suas cosmologias e projetos de futuro subjacentes. De mãos dadas a isto estão as novas formas de ativismo e de protagonismo indígena, seus modos de comunicação interna e de divulgação externa para a sociedade abrangente e a produção contínua de suas redes de apoio. Em consonância com todos estes movimentos estão a atualização e reforço das memórias coletivas, da consciência étnica e de uma relação não predatória nem utilitarista, ou mercantil, com o conhecimento.

As tensões que se colocam no fato de recusar a estrutura predominante, para assim não reiterar e reproduzir as práticas coloniais e tutelares que também se dão no campo da educação e da prática científica, conduzem nosso olhar para os desafios e contradições que tanto a produção de conhecimento quanto os mesmos suportes que o sus-

tentam concentram em seu bojo. Igualmente nos remete a questionar muitos dos seus pressupostos, seu estatuto, suas estéticas e as finalidades - intencionais, declaradas ou não -, problematizando práticas, discursos e usos tão naturalizados entre todos.

Isto se torna tão mais crucial ao pensarmos nas profundas e extensas mudanças nas relações sociais de trabalho, hábitos de consumo e modos de vida, que impactam o mundo indígena de maneira ainda mais brutal, ao ir condicionando cada vez mais a relações de assalariamento individualizantes, agudizando a dependência à monetarização e ao mercado global e substituindo a anterior centralidade do trabalho comunitário. Percebe-se também como se dá uma continuidade espaço-temporal deste processo com as políticas regressivas de compressão de direitos socioculturais, despossessão e confinamento territorial na atualidade, em épocas de acirramento do neoextrativismo que as crises do capitalismo supõem e todas as instabilidades democráticas que permanecem nos afligindo na região.

Esperamos que a transversalização das questões étnico-raciais e sua reflexão séria e comprometida possam nos dar subsídios para compreender histórica e criticamente o panorama da inclusão destes novos sujeitos - em todos os sentidos possíveis - nos sistemas de ensino superior e nas dinâmicas de profissionalização acadêmica. Podem servir também para cotejar as diferentes expressões deste fenômeno e assim entendermos mais a fundo as reais dinâmicas da interculturalidade, matizar suas nuances e nos confrontar proativamente com os desafios que a realidade nos apresenta, intervindo no sentido da transformação das relações assimétricas e desfavoráveis que por séculos afetam os povos originários deste continente.



IMAGEM 2: Despedida após encerramento do simpósio, em frente ao Departamento de Estudios Latino-Americanos da UnB, local em que ocorreram as atividades.